

PELOURINHO E SEUS DESLIZES METAFÓRICOS

Frederico Burgos¹

Resumo: Passados 20 anos do início da execução do projeto de recuperação do Centro Histórico de Salvador, o lugar - hoje quase que totalmente abandonado pelo poder público e esvaziado de significados para a maioria da população de Salvador - se mantém como um paradigma da gestão do turismo local, especialmente o de base cultural - um exemplar da ausência de relevância das pessoas do lugar para o sucesso do empreendimento e de um padrão societário de propagação de exclusões. Neste ensaio, nos propomos a revisitar o projeto de reforma desse patrimônio histórico da cidade, para, a partir dele, refletir sobre o modelo de gestão do turismo para a cidade, marcado pela prevalência da racionalidade econômica, com sua reprodução contínua de desigualdades.

Palavras-chave: turismo, patrimônio histórico, identidade, exclusão social.

Na década de 1970, o governo do Estado da Bahia iniciou um trabalho pioneiro no país para o posicionamento do turismo em mercados concorrenciais, nacional e internacional, estruturado a partir da diversidade cultural baiana. Desde então, as ações empreendidas por sucessivos governos baianos na difusão do turismo estiveram marcadas pela preponderância da racionalidade econômica, além da busca pela hegemonia política dos grupos no poder. Como pano de fundo, havia e há uma política identitária em torno do que se convencionou chamar de baianidade, uma noção a partir da qual se aspira convergências sempre positivas em direção a uma coesão social, que vem se caracterizando por subjugar as nuances de um quadro grave de desigualdades sociais históricas.

Estratégias de desenvolvimento via turismo desconsideram, invariavelmente, o seu potencial de emancipação social dos grupos identitários existentes no lugar. Ao lidar com uma perspectiva de turismo que tem como principal elemento articulador a cultura e as pessoas do lugar (os produtores dessa cultura), o projeto de turismo para a Bahia, e Salvador em especial, trabalha, de forma potencial, com a interação entre o sujeito-turista e os sujeitos-anfitriões. Mas onde se encontram esses sujeitos locais?

¹ Frederico Burgos é graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Facom-Ufba, mestre e doutor em Administração, pela Eaufba-Ufba. É professor e coordenador do curso de Jornalismo da Unime Salvador. E-mail: fredburgos@superig.com.br.

Se observarmos as intervenções processadas no Centro Histórico de Salvador, especialmente na década de 1990, veremos que se avançou em direção à invisibilização dos sujeitos locais, através da sua remoção, em grande parte, em direção à periferia geográfica da cidade, com a subtração das lógicas de vida gestada no lugar durante o longo período de seu abandono. Desde o início, estava claro que, ao poder hegemônico, não interessava a avaliação da coexistência de outras racionalidades. O mais relevante seria o triunfo de sua soberania representacional, a partir da qual os processos de supressão dos sujeitos e das dinâmicas incrustadas no lugar se tornaram concernentes com uma lógica calcada na banalização de processos de exclusão social.

A remoção dos antigos moradores do Centro Histórico ocorreu sob a sua aceitação coletiva da sociedade local, como um dado inevitável à ação governamental, desconsiderando-se que a vitalidade de um lugar é donatária de várias racionalidades que operam na construção de sua carga representacional. É nos lugares onde se desenrola a experiência da vida, para a qual, em princípio, o uso substantivo dos elementos concretos e simbólicos (e não a sua completa submissão à racionalidade instrumental) nos conduz aos códigos de crenças e valores compartilhados e aceitos socialmente por serem afetivos à vida em comum (SANTOS, 2006).

Propomos, neste trabalho, uma reflexão sobre as consequências do modelo de reforma do Centro Histórico de Salvador, por o considerarmos exemplar da relação imbricada entre políticas de desenvolvimento do turismo e reforma de patrimônio histórico na Bahia, frequentemente pautada pela retirada de cena de um componente indispensável ao turismo cultural – os sujeitos locais. Tal projeto, delineado pela ampla prevalência da racionalidade econômica, como dissemos, suprimiu do lugar parte relevante de sua carga simbólica, ao transferir a população local para lugares periféricos da cidade. Simultaneamente, a iniciativa exemplifica um modelo de gestão do turismo, que buscou unir dominação e apropriação simbólica para construção de um espaço unidimensional, mas que se defrontou com o seu esvaziamento de sentidos para a própria população local, que deixou de frequentar o lugar, passada a novidade da reforma.

Patrimônio, turismo e exclusão social

A maioria dos estudos sobre turismo tem transitado por uma perspectiva economicista, pela economia do simbólico ou, em menor intensidade, sobre os seus impactos na cultura, os processos de aculturação e a questão da autenticidade. Menos atenção têm recebido outros temas, como, por exemplo, as relações de identidade

internas ao lugar. Nessa perspectiva, a relativização dos impactos do turismo desconsidera, frequentemente, o conceito de cidadania, noção que surge irrelevante no mundo dos negócios.

A transformação de um lugar em um espaço turístico (ou em outros termos, em um produto turístico) parece, em princípio, simples. Em razão do valor simbólico que lhe é imputado e das infraestruturas a ele agregadas (meios de hospedagem, transportes, aeroportos etc.), o lugar pode assumir um caráter de objeto de consumo e, como tal, é reproduzido e comercializado. Mas o turismo como fenômeno é por natureza complexo.

A tendência tem sido a de enxergar o turista como um consumidor isolado e não um indivíduo em meio a relações sociais, caracterizadas pela imprevisibilidade. Esse equívoco é comum mesmo no turismo cultural, no qual, em meio a um elenco relativamente grande de componentes que se relacionam simultaneamente, há – e é desejável que haja – sempre a possibilidade de interação social entre os visitantes e os moradores, sob o impacto de várias lógicas marcadas pelas contingências que caracterizam a vida cidadina.

Do ponto de vista das populações locais, como observa Ana Fani Carlos (2007), ao se transformarem com o objetivo precípua de atrair turistas, os lugares, na condição de mercadoria, tendem a produzir a sensação de estranhamento para moradores, quando as razões de troca econômica violentam suas razões de uso. No caso do Centro Histórico de Salvador, a ideia prevaiente para os governantes foi e é a da sua soberania no processo de produção de uma “mercadoria” a ser consumida, não de uma identidade amplamente compartilhada, já que suas ações violentam, já nos seus pressupostos iniciais, as razões de uso dos que são excluídos habitualmente pelos projetos de reforma de patrimônios históricos.

Os lugares são o espaço pleno de humanidade, construído a partir das diversas racionalidades que o habitam e lhe dão sentido de identidade. Mas a identidade só faz sentido se a pensarmos como um constructo que não se sujeita a uma “ordem semântica que lhe seria imposta por um sentido prévio” (JEUDY, 2005: 84). A configuração racionalista que tenta impor uma ordem onde há desordem, unidade onde há desigualdade, atende a uma coesão social voltada a diluir a riqueza da diversidade local e invisibilizar, na medida do possível, a condição de desigualdade dos seus excluídos. Porém, tais manobras não desfazem os rastros que nos levam à arbitrariedade de sua posição. Isso porque o território citadino possui sua margem de autonomia própria, extraída de uma soberania estética aparentemente caótica, não de uma identidade

resultante dos efeitos do totalitarismo de representação comum à gestão mercadológica dos lugares.

A ideia central de restauração de um patrimônio histórico é a de manutenção da identidade original do lugar. Mas é a partir das omissões impostos por tais projetos que chegamos às formas de racionalização de suas intenções em direção à *autenticidade inicial* desejada, a ser instituída como representação triunfante. Então, qual a lógica da preservação patrimonial instituída para o Centro Histórico de Salvador²? Pensamos em duas possibilidades não excludentes: (i) a desconfiguração da memória original do lugar para se criar uma ordem fictícia de cidade; (ii) e a de uma reconstrução identitária em torno de sua idealização. Mas a ideia de assepsia social, de uma idealização moralista que busca suprimir os traços mais evidentes dos modos locais de reprodução de desigualdades sociais, serve a quem? Vejamos a seguir alguns aspectos da reforma do Centro Histórico de Salvador que nos apontam indícios de tal racionalidade.

A reforma do Centro Histórico

O projeto do governo do Estado³ de reforma do Centro Histórico abordou, prioritariamente, a recuperação dos sobrados. Não havia nele nenhum caráter de inclusão das populações locais que há anos habitavam o lugar. Como observa o sociólogo baiano Gey Espinheira (2002), a incorporação desse lugar da cidade à sua dinâmica econômica moderna deu-se pelas formas locais de gestão do turismo cultural, com efeitos perversos profundos, sendo o principal o próprio esvaziamento cultural local e sua substituição por um conjunto de atividades, sujeitos e performances colocados artificialmente em seu cenário colonial.

Os custos da reforma se deram sem participação dos proprietários e beneficiários privados, configurando a velha apropriação do público pelo privado⁴, em mais um exemplo ostensivo e continuado do patrimonialismo local. Foi inclusive “o Estado que

² Em 1984, o Centro Histórico de Salvador, mais especificamente, o Largo do Pelourinho, foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Histórico da Humanidade. De 1986 a 1989, foram desenvolvidos projetos pontuais de recuperação de imóveis, sob a coordenação da arquiteta Lina Bo Bardi, sob a gestão da prefeitura da cidade. Nessa fase, o projeto mais importante foi o da Ladeira da Misericórdia, onde os imóveis foram restaurados para uso residencial da população de baixa renda local e, no andar térreo, foram instaladas atividades comerciais (NOBRE, 2003).

³ O mentor do projeto de reforma do Centro Histórico de Salvador foi o então governador (1991-1994) Antonio Carlos Magalhães, mais conhecido como ACM.

⁴ Criou-se assim uma relação de caráter paternalista por parte do Estado e oportunista por parte do setor privado, que não participou sequer dos custos de manutenção dos imóveis e dos espaços de circulação, nem de sua promoção e animação do lugar (SANT’ANNA, 2003).

manteve, com recursos públicos⁵, a animação artificial dos eventos semanais e dos eventuais que marcam o calendário de festas lúdicas e religiosas do calendário soteropolitano” (ESPINHEIRA, 2002: 2).

O projeto de reforma do Centro Histórico de Salvador se iniciou, em 1992, com os objetivos (IPAC, 1995, apud NOBRE, 2003: 6) de:

- a) Promover a reabilitação e restauração física que levem em consideração seu potencial econômico para a cidade e Região Metropolitana;
- b) Promover as condições para a *preservação sustentável* através do desenvolvimento das atividades econômicas.

Desde o seu início, a execução do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador esteve ligada a uma estratégia de marketing da administração estadual para a “construção de uma imagem de governo ancorada na valorização da identidade cultural e das tradições da Bahia, associada às ideias de desenvolvimento e eficiência administrativa” (SANT’ANNA, 2003: 46). Nas seis etapas realizadas, de 1992 a 1999, foram investidos recursos da ordem R\$ 100 milhões, oriundos quase que exclusivamente do Tesouro Estadual⁶ - entre obras de recuperação de 1.350 imóveis, infraestrutura, estacionamentos, além de fiscalização e indenizações pelas desapropriações.

Estima-se que a intervenção removeu, nas suas primeiras fases, cerca de 1.900 famílias do lugar (SANT’ANNA, 2003), sob uma indenização de R\$ 1,2 mil, em sua grande maioria, ou relocadas para Coutos, bairro periférico distante do Centro Histórico. Márcia Sant’Anna (2003: 47) aponta que “estudos realizados para a sétima etapa do programa mostram que, em média, o governo teria de gastar R\$ 6.200,00 para reassentar cada família, ou quase seis vezes o que foi gasto em indenizações”.

A recuperação do centro histórico jamais foi utilizada, contudo, como um instrumento de emancipação social, especialmente, em suas primeiras etapas. A atitude do governo com relação aos graves problemas dessa natureza existentes na área foi de simplesmente empurrá-los para fora, sem aproveitar a oportunidade para desenvolver uma verdadeira política de cunho social, ainda que isso implicasse em reassentamento de parte da população. A indenização pura e simples das pessoas é reconhecidamente apenas uma forma de eximir-se de responsabilidades e baratear custos. (SANT’ANNA, 2003: 54).

Apoiado em dados do IBGE, o arquiteto e professor paulista Eduardo Nobre (2003) sinaliza que, de 1980 para 2000, foi possível observar uma perda relevante de 67% da população do Centro Histórico de Salvador, que passou de 9,8 mil para 3,2 mil

⁵ Além desses investimentos, o governo do estado aplicou cerca de R\$ 5 milhões, entre 1996 e 2001, na conservação e manutenção dos imóveis recuperados e R\$ 11,6 milhões, no período de 1996 a 2000, em shows e animação da área através do Projeto "Pelourinho Dia & Noite" (SANT’ANNA, 2003: 47).

⁶ Em proporção menor, foram aplicados recursos BID e do governo federal, através do Programa Monumenta e da Caixa Econômica Federal.

habitantes. Os grupos de menor renda (de zero a cinco salários mínimos) passaram de 90% para 80% dos moradores do local, enquanto que os de renda alta (acima de 10 salários mínimos) subiram de 2% para 6%.

Em 2000, quando do início da sétima etapa da restauração, diante da resistência de parcela dos antigos moradores de se mudar do local, o Ministério Público do Estado da Bahia moveu ação civil pública contra o governo estadual e a Conder, paralisando as obras. Henrique Osterhoff (2007) observa que a solução para o impasse foi encontrada em 2005, quando o governo federal, por meio dos ministérios das Cidades e da Cultura, promoveu a interlocução entre os moradores, representados pela Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (Amach), e autoridades do governo baiano.

Dessa forma, garantiu-se a permanência na área de famílias remanescentes, que poderão contar, nos 21 imóveis restaurados, com 103 apartamentos e 13 lojas. Posteriormente, mais 54 prédios abrigarão outras 203 famílias e 49 lojas. Sete monumentos, dos quais quatro tombados pelo Iphan, estão incluídos nos trabalhos de restauração. As obras serão bancadas por composições de recursos provenientes do programa Monumenta – iniciativa do Ministério da Cultura que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, do Ministério das Cidades e do governo da Bahia. (OSTERHOFF, 2007: 3).

O sociólogo baiano Gey Espinheira (2009) observa que, com a nova configuração social instituída pela reforma do Centro Histórico de Salvador, a desconstrução dos antigos arranjos de convivência, baseados na relação de vizinhança, foi substituída⁷ pela relação de negócios, “apoiados por um forte esquema repressivo policial que não deu nem dá conta de ações dissimuladas, que, no entanto, são altamente constrangedoras” (ESPINHEIRA, 2009: 6). Assim, em cada esquina, na imprevisibilidade da desordem cidadina, os deslizos metafóricos da cidade impunham o drama da metamorfose da violência social.

A aceitação coletiva da exclusão mediada pelo Estado foi quase unânime. Se o “fervor pelo culto ao passado” pode estar, como imagina Henri-Pierre Jeudy (2005: 21), diretamente vinculado ao temor da perda de sentido da própria continuidade dos grupos sociais, o problema é o que se deseja dar continuidade, já que as formas como são operacionalizados os projetos de reforma e recuperação dos chamados patrimônios históricos podem se encaminhar para a autodenúncia de sociedades que têm como característica marcante a exclusão social. Frequentemente, tais lugares com sua decadência que reclama a intervenção de tais projetos, por terem sido negligenciados no

⁷ Gey Espinheira (2009: 7), que trabalhou durante anos no Centro Histórico, afirma que “os excluídos não aceitam a exclusão, têm forte sentimento de pertença aos lugares, além de os verem como únicas alternativas à obtenção de renda, seja por meios lícitos ou ilícitos”.

tempo, acabam por se tornar o espaço de moradia dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Se o patrimônio histórico diz respeito a uma história longa, que costura um sentido de continuidade social, qual o seu propósito para uma história imediata, já que a sua preservação tende a estar relacionada também à experiência da perda de sentido de si para os que são removidos desses espaços? Que ordem simbólica tais projetos buscam preservar, quando desconsideram a perda desse sentido de si para as populações mais desfavorecidas que habitam há muitos anos tais lugares, se não a manutenção de um padrão societário – e, portanto, de uma identidade - marcado pela exclusão social?

Foram-se muitos, milhares, os deserdados dessa cidade. Vieram muitos, às centenas, os privilegiados dessa cidade e de alhures para explorar novos negócios, inventar novos ganhos, sem sequer saberem onde verdadeiramente estavam. As janelas cegas da antiga gente já não olham as ruas, e as ruas já não veem as almas que povoam os velhos casarões. Fica o pecado maior dessa Bahia apropriada: o da crueldade e da ingratidão em relação à sua gente. (ESPINHEIRA, 2002: 11-12).

Tais projetos, como expressão do resgate do passado, pressupõem das classes médias e altas da sociedade local nenhuma sombra de inquietação e a percepção de que o jogo político que respalda a sua realização é sincero por mobilizar as emoções coletivas dos que lhe garantem a sustentação. A ideia de continuidade histórica alimenta, em parte, o sentimento de identidade com o lugar. A ameaça do seu desaparecimento parece o suficiente para justificar a forma de intervenção. Porém, mais uma vez, “a função identitária concedida ao patrimônio parece ter caído na armadilha da evidência de sua necessidade” (JEUDY, 2005: 26).

Ao perambular pelas ruas do Pelourinho - como é conhecida pela população local a principal área do Centro Histórico de Salvador -, tal enquadramento nos leva a seguinte associação: como podemos sentir nostalgia diante de um espaço em que nossos antepassados eram violentamente agredidos em nome de uma ordem excludente? A alternativa, no caso de Salvador, foi e tem sido negar parte relevante desse passado, dessa ordem excludente, e sustentar uma visão exclusivamente no cenário e na beleza arquitetônica do Centro Histórico, como signos representativos da memória coletiva local. Até o Olodum, organização sociocultural criada em contraposição aos modos de exclusão local, se encantou com o então *novo símbolo* da modernidade baiana:

*Negros conscientizados
Cantam e tocam no Pelô
Negros conscientizados
Cantam e tocam no Pelô
Pelourinho, primeiro mundo
Cartão Postal de Salvador
Pelourinho, primeiro mundo*

Cartão Postal de Salvador.
(Cartão Postal, Olodum, 1994)

Tal intervenção se respalda em uma tradição ilusória da identidade local, a partir de signos que expressam uma soberania sem máculas que se supõe própria da Bahia e de Salvador, e por isso projetada para ser mantida e exibida. Ao mesmo tempo, reafirma uma capacidade política socialmente consentida de se valer de tais representações nos sentidos de dominação e apropriação do espaço (LEVEBFRE, 2010), garantindo sua autenticidade através da invisibilização dos excluídos e das metamorfoses da violência social operadas pelo deslocamento espacial das suas supostas fontes, para espaços periféricos da cidade. Mas isso não é exceção. O planejamento urbano na Bahia, tanto na esfera estadual como municipal, tem se imposto como autoritário e discriminador, com foco na eliminação dos chamados elementos problemas.

Política de memória é também de esquecimento

Em lugares como Alemanha e Japão há um culto à memória da violência da II Guerra Mundial, em um esforço de preservar a lembrança daquilo que não deve ser esquecido, como efeito de um real passado que não pode ser repetido no presente. Em Salvador, os esquecimentos diluem as responsabilizações em nome da reprodução social das desigualdades, onde o ritmo da memória sustenta o da catástrofe social (JEUDY, 2005).

A aceitação coletiva, sem constrangimentos, de que um lugar possa ser conhecido e nomeado ainda hoje como Pelourinho pela maioria da população local – apesar de sua representação simbólica evidente de sofrimento humano – nos parece a não transcendência de um quadro de exclusão social em que todos se encontram submetidos em suas formas metamorfoseadas de violência social. Por isso, afirma Jeudy (2005: 84), “a cidade⁸ (...) contém a catástrofe de sua representação”.

Há décadas não existe mais o pelourinho⁹ na praça. Nem se trata aqui de sustentar a defesa do seu retorno. Mas não se pode negar que a ausência do símbolo provoca a não irrupção da imagem de um passado de desigualdade e de violência, garantido uma memória fraca em nome de um suposto orgulho da cidade pela sua

⁸ O autor se refere inicialmente ao território japonês, com suas regras anti-sísmicas na construção urbana que reafirmam a lembrança do risco eminente de terremotos, mas aponta para outros territórios onde a memória de catástrofes é eminente.

⁹ Segundo Gey Espinheira (2002), o pelourinho foi inicialmente instalado onde hoje é a praça Castro Alves, de acordo com o historiador Cid Teixeira; em seguida, e sempre acompanhando a feira, no Terreiro de Jesus e, por último, no largo que incorporou o seu nome, Largo do Pelourinho, na ladeira oficialmente denominada José de Alencar. Na sua visão (ESPINHEIRA, 2002: 6), “não há registros documentais, nem o bom senso permite supor que proprietário de escravos deixasse o poder público castigar suas *peças caras*”. Tomamos, portanto, aqui a ideia de pelourinho como metáfora.

soberania urbana (sem o seu ancestral desigual – o escravo). Nesse sentido, nos questionamos como tem sido possível à identidade baiana sustentar suas radicais singularidades. O temor da superposição de temporalidades e do contágio das suas mensagens se impõe como justificativa das intervenções urbanas, que se tornam arquétipos das formas de convivialidade do lugar, em uma suposta concordância ideal (JEUDY, 2005).

O único rastro de memória dos escravos da Salvador colonial no lugar é um pequeno museu afro-baiano, cuja estetização da história abre pouco espaço para a ideia de sofrimento vivido pelos negros no período da escravidão. Todo museu tende a ser a evocação estilizada da vida humana, sem as cores do sofrimento que supostamente afastariam os visitantes. Os museus são a expressão do que gostaríamos de expor, com orgulho, do que vivemos. Isso explica a ordem percebida pelos visitantes em um espaço que se dedica a organizar, através do silêncio do sofrimento, a desordem e os conflitos de sentidos do passado. É uma transconfiguração do passado sem a possibilidade de redenção no presente. Assim, o museu afro-baiano não nos sugere a transcendência dos sofrimentos passados, mas um silenciar sobre nossas feridas, em nome de um narcisismo estilizado, capaz de gerir o sofrimento que é produzido.

O investimento na memória é também no esquecimento. É gerir o potencial de uma anamnese¹⁰ poderosa. No caso do *Pelourinho*, o desvendamento de como se deu a exploração do homem pelo homem na constituição do território chamado Salvador. Por isso, o Centro Histórico de Salvador, como símbolo de atos de violência, foi reduzido a uma apologia à ostentação arquitetônica, a um passado que, assim, emerge glorioso. A ruptura entre o passado de desigualdades extremas e um presente equivalente cria uma cisão na memória cotidiana que desloca as responsabilizações para fora do contexto histórico.

Essa parece uma explicação possível para a aceitação consensual dos modos de reprodução das desigualdades locais. Os esquecimentos podem ser apenas epidérmicos; ou irremediavelmente introjetados. Uma reforma de um patrimônio histórico, com as dimensões do Centro Histórico de Salvador, pode operar como um exercício de adestramento das memórias coletivas, em torno da aceitação de um *modus operandi* de reprodução social local, que, se aprovado, libera um novo patamar para operação do domínio político. Mesmo se sem referir ao quadro local, o filósofo francês Henri-Pierre Jeudy acaba por nos remeter a esse jogo de esquecimentos calculados exercitado na

¹⁰ Aqui entendida no sentido psicológico como o restabelecimento da memória.

reforma do Centro Histórico de Salvador, ao dizer que “a visão retrospectiva (...) tornou-se tão estética que as lembranças de exploração e dominação terminam constituindo quadros de um ‘outro’ mundo que nunca mais será nosso” (JEUDY, 2005: 30).

As novas metáforas que são criadas nas cidades não acomodam os seus deslizes sem o risco contínuo das suas emergências. O empreendimento de reforma do Centro Histórico de Salvador se encaminhou na direção de um shopping center cultural ao ar livre. Mas o “esquecimento” dos efeitos do passado no presente local desconsiderou quatro aspectos que apontam, portanto, para a não superação das questões que foram negligenciadas, sistematicamente, em Salvador, ao longo do tempo:

- (i) a ausência de políticas públicas voltadas para a emancipação social e a reafirmação de um padrão de exclusão como um *modus operandi* da sociedade local;
- (ii) insegurança pública, resultante da produção da exclusão social, que sinaliza a cada momento que o deslocamento da miséria para a periferia das grandes cidades não elimina nem reduz a violência nos lugares onde vivem e por onde circulam os mais abastados. Tal realidade explica, em parte, porque os centros comerciais e grandes shopping centers, em suas redomas de concreto, ferro e vidro, sob o olhar vigilante de seguranças, são hoje o espaço de lazer preferido da classe média brasileira;
- (iii) uma política de homogeneização cultural e espacial, que estimulou a reprodução do mesmo conjunto de manifestações culturais em lugares diferentes da cidade, permitindo que eles concorressem entre si;
- (iv) imobilidade urbana que se agrava continuamente e desencoraja cada vez mais deslocamentos de lazer para lugares distantes dos pontos de residência.

Com o tempo, a classe média local se afastou do Centro Histórico, só comparecendo alguns poucos de seus representantes quando recebem visitas de fora e rapidamente transitam pelo Pelourinho, “adentram algumas igrejas e museus, como turistas passivos, sem vivenciar a área” (ESPINHEIRA, 2002: 2). A redução gradual e significativa dos fluxos de visitantes do Pelourinho, mesmo nos governos de César Borges (1999-2002) e Paulo Souto (1995-1998 e 2003-2006), sucessores temporais e ligados politicamente ao mentor das reformas, Antonio Carlos Magalhães, aponta para o

fato de que não ter se conseguido resgatar a dignidade patrimonial do lugar, dentro daquilo que o neoliberalismo chama de sustentabilidade. O Centro Histórico de Salvador é, hoje, o simulacro de um burgos medieval - como os encontrados em quadros de museus europeus -, que se recusou a contemplar suas diversidades e desigualdades internas, no desejo insólito de immortalizar a imagem de sua soberania excludente.

O projeto de reforma do Centro Histórico de Salvador traduziu o propósito de fragmentação do real para a subtração das temporalidades mais amplas do lugar. E dessa desorientação se reconstruiu um passado que não ilumina o presente. Assim se estruturou a proposta de reforma; de recortes, de fragmentos de um quebra-cabeça no qual não há supostamente estranhezas, mas sim sua desorientação; uma aproximação incongruente de tempos que são, em essência, inatuais.

Nessa desorientação reside a capacidade de sobrevivência do poder. E é nessa memória que se substancia os projetos urbanos atuais. A incongruência está na pretensa atualidade das representações que se expõem como contínuas no tempo e no espaço. É nela que se estabelece a ordem percebida, a partir da qual “todos se tornam vítimas de uma fatalidade contra a qual não é possível se revoltar” (JUEDY, 2005: 57). Os fracassados são ora os negligenciados, ora as vítimas invisíveis da identidade baiana.

Aos artistas que se debruçam sobre a cidade, há sempre a garantia do *habeas corpus* de metáforas que traduzem as formas de apreensão sensível da realidade, por intermédio das quais se expressam possíveis utopias da vida cidadina. Ao gestor público caberá a eloquência inútil que, na ânsia de um enquadramento único do cenário e das pessoas sob sua gestão, acaba por focar na unidade onde há diversidade; na identidade onde há desigualdade; apoiando-se, eventualmente, no caso de um gestor letrado, em um suporte conceitual filho dileto da obsessão das ciências sociais pelas totalidades.

Sob o poder encantatório de palavras como sustentabilidade, coesão social, identidade cultural, a administração pública desenha seus projetos de exclusão sem a preocupação dissimulatória das metáforas utópicas. Nesse território gerencial há, potencialmente, menos espaço para a poesia ou utopias, e mais para distopias. Para o governador ou o prefeito, restará como álibi as suas restrições orçamentárias, que lhe garantirão um espaço reduzido de crítica à sua falta de criatividade e compromisso.

Espaço homogêneo e hegemonia

A ideia de um espaço humanizado homogêneo é uma construção social a serviço de projetos hegemônicos, em torno de objetivos de controle e da gestão de conflitos, em

geral alheios aos interesses da totalidade dos seus membros. Os lugares ou os territórios não são uma ilha idílica, mas um arquipélago. O problema é que, para o teórico ou para o gestor, o ideal é que fossem uma ilha. Mas ao ter a complexidade das suas tramas sociais negligenciadas, eles apresentam fissuras nos seus tecidos constitutivos. Tal complexidade é resultado das vinculações históricas, culturais, socioeconômicas e políticas, que respondem pelos movimentos de coesão ou fragmentação social.

Assim, o lugar deve ser visto como habitado por outras racionalidades que não apenas a dominante. A negação dessas outras racionalidades tende a políticas de desenvolvimento desvinculadas das diversidades sociais, econômicas e culturais do território. Isso nos remete à percepção de que a apropriação/dominação meramente utilitarista de um espaço humano, como a empreendida na reforma do Centro Histórico de Salvador, tem sido incapaz de incorporar ao seu processo de desenvolvimento as diversas dinâmicas sociais existentes. Ao relacionar o processo de dominação ao valor de troca e o de apropriação ao valor de uso, Lefebvre (1986) observa que

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, apud HAESBAERT, 2007: 6775).

O padrão local de gestão do turismo, no qual está incluída a reforma do Centro Histórico, está em perfeita sintonia como a tendência atual de marketing de cidades, cujo modelo - a exemplo do marketing em torno de imagens criadas sobre objetos - tem sido o de gerir as representações de territórios como se fossem mercadorias, vendidas no mercado global de cidades ou regiões. Ao usurpar elementos simbólicos de um determinado espaço humano no posicionamento de sua imagem em mercados concorrenciais, refaz-se e se cristaliza as suas funcionalidades, tornando a dominação lefebvriana, mais do que nunca, também simbólica, mas de um simbólico que não surge do espaço banal, comum à maioria, porém sim de uma reconstrução em razão de projetos hegemônicos, habitualmente focados no valor de troca aparentemente implícito, mas deslocados dos usos coletivos, e, por isso, geralmente, fadados ao insucesso.

Considerações finais

Ao pensarmos no Centro Histórico de Salvador, nas duas últimas décadas, como um espaço instrumentalizado, dominado pelos agentes que o manipulam na sua tentativa de torná-lo unifuncional, observaremos que as representações criadas para o

lugar e sua gente estão cada vez mais desconectadas dos tempos vividos, aquele dos usuários do espaço, tempo diverso e complexo, mencionado por Lefebvre (1986), e confirmado por Burgos (2008; 2012).

Por ser o conjunto dos sujeitos sociais os responsáveis pela construção do espaço social, é de se esperar que ele esteja em sintonia com os posicionamentos mútuos e com a avaliação que fazem dele esses sujeitos, dentro de uma lógica de reciprocidade: constrói-se como se representa e se representa como se constrói. Fica aqui a preocupação lefebvriana para quem o estatuto do espaço humano pode ser encontrado através da análise da relação entre o espaço mental (percebido, concebido, representado) e o espaço social (construído, produzido, projetado), isto é, entre o espaço da representação e a representação do espaço. No Centro Histórico de Salvador, o espaço vazio das vidas que lhe deram sentido se tornou a representação do espaço vazio de humanidade.

Assim têm sido desenhados e executados os projetos de desenvolvimento econômico na Bahia através do turismo. Por isso, as contingências da cidade têm operado sempre em desalinho com o projeto hegemônico, fazendo com que os chamados “produtos turísticos” vivam o mesmo ciclo de vida das mercadorias – nascimento, maturidade e morte - alheias que se encontram à dinâmica representacional da vida cidadina. A partir da prevalência quase absoluta da racionalidade econômica, construiu-se um lugar turístico de trocas pouco substantivas, quase fechado à rica diversidade cultural local e suas contradições, mas, principalmente, vazio de vidas humanas.

REFERÊNCIAS

BURGOS, Frederico. *A marca Bahia no turismo: uma análise sobre a adoção de uma identidade territorial na construção de uma marca lugar*. Salvador: Eaufba, dissertação de mestrado, 2008.

BURGOS, Frederico. Narciso (Com)Sentido – Viagem pelas identidades de Salvador no turismo. Salvador: Eaufba, tese de doutorado, 2012.

CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

ESPINHEIRA, G. *Pelourinho: o sentimento de lugar*. Salvador: Ceao, Ufba, 2002.

ESPINHEIRA, G. *Proposta de trabalho para o Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador com referência à situação de vulnerabilidade social*. Salvador: UFBA, 2009.

- HAESBAERT, R. *Território e multiterritorialidade: um debate*. Rio de Janeiro: *GEOgraphia, UFF, a.IX*, n.17, pp. 19-46, 2007.
- JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades* Rio de Janeiro. Ed. Casa da Palavra, pp. 157, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Centauro, 5ª ed., pp. 146, 2010.
- NOBRE, Eduardo A.C. *Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana no Pelourinho*. Belo Horizonte: X Encontro Nacional da Anpur, pp. 1-11, 2003.
- OLODUM, Cartão Postal, 1994.
- OSTERNOFF, Henrique. *Pelourinho: museu ou cidade viva?* São Paulo: Senacsp, 2007.
- SANT’ANNA, Márcia. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. Salvador: Revista RUA, PPG-AU/FAUFBA/UFBA, v.1. n 8, julho/dezembro 2003, pp. 44-59.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos, v.1).